

A incidência explicativa no funcionamento discursivo: uma questão de *classe* no discurso do Conselho Federal de Medicina

The explanatory incidence in discursive functioning: a *class* issue in the discourse of the Federal Council of Medicine

Mariana Mahlmann Feijó¹

RESUMO: Este artigo aborda a relevância da sintaxe na análise de discurso materialista de Michel Pêcheux, tomando como objeto um enunciado do Conselho Federal de Medicina (CFM). Analisa como o aposto em "nós, médicos" funciona como operador sintático que, por incidência explicativa, naturaliza a autoridade médica para opinar sobre segurança pública. Por meio de procedimentos parafrásticos, busca-se compreender como a estrutura sintática materializa a articulação discursiva entre identidade profissional e direito à consulta, bem como a extensão histórica da autoridade médica à gestão da ordem social.

PALAVRAS-CHAVE: análise de discurso; sintaxe; incidência explicativa; Michel Pêcheux.

ABSTRACT: This article addresses the relevance of syntax in Michel Pêcheux's materialist discourse analysis, taking as its object a statement from the Federal Council of Medicine (CFM). It analyzes how the appositive in "we, doctors" functions as a syntactic operator that, through explanatory incidence, naturalizes medical authority to opine on public security. By means of paraphrastic procedures, it seeks to understand how the syntactic structure materializes the discursive articulation between professional identity and the right to be consulted, as well as the historical extension of medical authority to the management of social order.

KEYWORDS: discourse analysis; syntax; explanatory incidence; Michel Pêcheux.

*Evitemos, portanto, jogar com as palavras e vejamos a coisa um pouco mais de perto.
Louis Althusser (1978[1973], p. 66)*

¹ Doutoranda em Estudos da Linguagem, na linha de pesquisa Análises Textuais, Discursivas e Enunciativas, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Membro do grupo de pesquisa Discurso e Arquivo (DARQ). E-mail: marianamahlmann@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-7184-7917>.

1 Introdução

A análise do discurso materialista enfrenta o desafio permanente de articular a materialidade linguística com as determinações históricas e ideológicas que condicionam a produção dos sentidos. Nesse esforço teórico-analítico, a *sintaxe*² não se apresenta como mero arcabouço formal ou conjunto de regras “neutras”, mas como uma *condição material fundamental para o funcionamento discursivo*. É na organização sintática que se inscrevem, de modo opaco, o ato de interpretação, os efeitos de pressuposição³ e as relações de força que caracterizam as formações discursivas. Este estudo parte do pressuposto de que, em uma teoria materialista do discurso, a sintaxe opera como instância decisiva na regulação dos processos parafrásticos e na construção de posições de sujeito, mostrando-se, portanto, um terreno privilegiado para a investigação das lutas de classes travadas no campo simbólico.

A perspectiva aqui adotada alinha-se à tradição inaugurada por Michel Pêcheux, segundo a qual a língua, como base material do discurso, impõe efeitos materiais à produção de sentidos. Os processos de significação, portanto, não acontecem à revelia da língua, mas na sua materialidade e por meio dela. Para Marandin (1979), a utilização das teorias linguísticas é traço característico que distingue a análise de discurso de outras práticas de análise. Sériot (1986) acrescenta que a escolha de uma teoria linguística participa da escolha de um modo de leitura e de interpretação.

Seguindo por esse caminho, Leandro-Ferreira (2000) afirma que a sintaxe tem uma importância crucial na análise de discurso por representar *o lugar da resistência da língua*, onde o real da língua escapa à completa sistematização e

² Neste artigo, adotou-se a seguinte padronização: itálico para conceitos teóricos; “aspas duplas” para recortes do enunciado analisado, citações diretas ou expressões cujo sentido literal está sendo problematizado.

³ Para Fuchs e Pêcheux (2014[1975]), os *efeitos de pressuposição* remetem ao funcionamento do pré-construído, definido como aquilo que remete a uma construção anterior, exterior, independente do que é construído no enunciado. Trata-se de um efeito ideológico fundamental: o pré-construído faz com que um elemento discursivo se apresente como já dado, como evidente, como algo que “todo mundo sabe” e que não precisa ser demonstrado. Essa exterioridade constitutiva do sentido, o interdiscurso, inscreve-se na superfície do enunciado sob a forma do pressuposto, produzindo a ilusão de uma origem autônoma do dizer, quando na realidade o discurso é sempre determinado por formações discursivas anteriores. Em suma, os efeitos de pressuposição são a marca linguística da relação do enunciado com seu exterior constitutivo, o lugar onde o interdiscurso irrompe no intradiscurso como evidência indemonstrada.

dá margem ao equívoco e à ambiguidade, fundamentais para a produção de sentidos. Barbosa Filho (2025) propõe pensar a sintaxe precisamente como uma *condição de análise*. Isso implica reconhecer que as estruturas sintáticas – com suas leis internas de combinação, subordinação e justaposição – não são um simples veículo de conteúdos prévios, mas participam ativamente da construção do sentido, constringendo e possibilitando determinadas articulações discursivas em detrimento de outras.

É na fresta entre o funcionamento linguístico e o funcionamento discursivo que a noção de *incidência explicativa* ganha relevo. O estudo de construções sintáticas específicas, como os *apostos* e as *orações explicativas*, permite iluminar os mecanismos pelos quais um discurso naturaliza certas relações e posições sociais, tratando-as como *evidentes* ou *dadas*. A sintaxe, nesse caso, atua como um operador de transparência ilusória, dissimulando gestos de filiação a uma classe, de reivindicação de autoridade e de demarcação de fronteiras em relação a outros grupos sociais.

Para examinar esse mecanismo discursivo, este artigo analisa um enunciado de uma nota pública do Conselho Federal de Medicina (CFM) contrária a uma resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O foco recai sobre como a construção sintática do enunciado – particularmente o uso do aposto em "nós, médicos" – produz um *efeito de classe*, articulando uma identidade profissional a um direito de consulta e a um domínio de saber sobre questões que transcendem a esfera estritamente médica, como a *segurança pública*. O objetivo é refletir sobre como a análise sintática, longe de ser um formalismo estéril, é instrumento⁴ indispensável para descrever os processos pelos quais o discurso constrói, sustenta e projeta posições de sujeito inscritas em relações de força sociais mais amplas. Ao fazê-lo, busca-se contribuir para o

⁴ Para Henry (1990), o emprego do termo *instrumento* refere-se à função metodológica da análise sintática no quadro da análise de discurso materialista. Ele a concebe como uma ferramenta capaz de descrever a materialidade linguística do discurso, permitindo calcular suas regularidades formais sem ignorar seus limites constitutivos. Nas palavras do autor, "trata-se de munir a descrição linguística, e em especial a análise sintática, de um *instrumento* que torne possível descrever os processos discursivos introduzindo neles, ao mesmo tempo, a sua necessidade e o seu caráter equívoco" (p. 184) (grifo da autora).

refinamento de uma teoria do discurso⁵ atenta aos detalhes da forma e à sua inextricável ligação com a luta ideológica.⁶

2 Considerações iniciais sobre uma *teoria materialista do discurso*

Este estudo parte de princípios metodológicos e teóricos fundamentais, que orientam a condução da análise e as proposições aqui desenvolvidas. Tais princípios levam em consideração a língua como base material do discurso (Pêcheux, 1988[1975]), a relação entre os sentidos e a ideologia e, especialmente, a importância da análise minuciosa dos enunciados e da sintaxe.

Em *Observações sobre a estabilidade de uma construção linguística: a completiva*, texto tardio de Gadet, Leon e Pêcheux (2010[1983]), os autores abordam a relação entre língua e discurso a partir de uma perspectiva que insiste na materialidade do significante e na irreducibilidade da forma. Os autores partem de um princípio fundamental: "quando dois enunciados apresentam uma diferença qualquer de forma, tais enunciados não dizem a mesma coisa" (p. 200). A análise se debruça sobre a oposição entre completivas (p. ex., *je pense qu'il part*) e infinitivas (p. ex., *je pense partir*)⁷, investigando como diferenças

⁵ Quando este artigo se refere a "teoria do discurso", reporta-se especificamente à perspectiva materialista inaugurada por Michel Pêcheux, que articula Linguística, Marxismo e Psicanálise para compreender os processos de significação em sua materialidade histórica e ideológica. Conforme Figueira (2025, p. 3), "foi somente em 1975, com a publicação de *Semântica e Discurso* [...], que se consolidou uma 'teoria do discurso' propriamente dita. É nesta obra que Pêcheux [...] elabora e dá maior consistência aos principais conceitos analíticos que compõem o ferramental da Análise do Discurso, como interdiscurso, pré-construído e discurso transversal". Ao desenvolver as bases teóricas para uma análise materialista dos processos de significação, Pêcheux percorre criticamente a história do debate filosófico sobre a linguagem.

⁶ A noção de "luta ideológica" no terreno da linguagem, conforme desenvolvida por Pêcheux a partir dos deslocamentos do conceito althusseriano de forma-sujeito, não se confunde com mal-entendidos semânticos que uma semântica universal poderia resolver. Trata-se, antes, de uma luta pelo sentido das palavras, expressões e enunciados, vital para as classes sociais em confronto ao longo da história (Pêcheux, 2011[1978], p. 273). Isso porque Pêcheux não situa o sujeito de linguagem no referencialismo — a palavra como mera etiqueta do mundo —, mas sim nas relações da cadeia significante com o domínio ideológico, a história e o político, ou seja, na articulação entre língua, formação social, posição-sujeito e formações discursivas (Barbosa Filho, 2014, p. 25).

⁷ Uma tradução aproximada dos exemplos em francês seria, respectivamente: "penso que ele vai partir" e "penso partir". No entanto, optou-se por manter os exemplos no idioma original porque a oposição sintática entre completivas e infinitivas, tal como se apresenta no francês (sem preposição no infinitivo e com simetria formal), não encontra correspondente exato no português

sintáticas formais produzem efeitos de sentido distintos que só podem ser plenamente compreendidos se incorporarmos uma reflexão sobre o discurso e as posições enunciativas. Embora trate da categoria das orações *completivas* e não das *explicativas*, o trabalho é relevante para o presente estudo por sua metodologia *artesanal* com o material linguístico: os autores submetem alguns verbos a um meticuloso trabalho de *violação*, testando sistematicamente construções consideradas impossíveis ou marginais (p. ex., forçar um verbo que só aceita infinitivo a aceitar uma completiva). Esse procedimento (que encontra paralelos em diferentes tradições linguísticas, ainda que com objetivos diversos) mostra que a língua não é um sistema fechado de regras, mas um espaço de estabilizações locais e pontos de fragilidade. É precisamente a possibilidade de extrapolar ou deslocar certas regularidades do sistema que permite ao discurso fazer trabalhar a sintaxe de maneiras criativas. A relação sintaxe-discurso é pensada, assim, não como uma oposição entre níveis, mas como uma tensão constitutiva: a sintaxe oferece regularidades formais que o discurso, na enunciação, pode desestabilizar, deslocar ou explorar em sua equivocidade. A estabilidade de uma construção é sempre provisória e atravessada pela possibilidade do equívoco, que não é um acidente, mas uma dimensão estrutural da língua em funcionamento discursivo.

Quando se fala em *funcionamento discursivo*, faz-se necessário distinguir essa noção da de *funcionamento linguístico*, ainda que estejam atreladas. Como afirma Henry (2013, n.p.), "o discurso não funciona de modo isolado, ele está sempre ligado a outros discursos que se convocam, que são convocados por sua letra, sua materialidade". Isso significa que o discurso não funciona de modo independente, mas sim *em relação* com outros discursos que o constituem, recorrendo a funcionamentos linguísticos próprios dos processos discursivos, como os *mecanismos da língua* (Saussure, 2012[1916]) de metáfora e metonímia. Esses mecanismos viabilizam a formulação de paráfrases, as substituições e sinonímias, que são fundamentais para a construção do sentido no discurso:

Pode-se certamente ter o sentimento, quando se está sob determinadas condições, em um momento dado, de que há uma literalidade do sentido,

brasileiro. No PB, "pensar" + infinitivo exige a preposição "em" ("penso em partir"), rompendo o paralelismo estrutural com a completiva.

mas a questão aí é de saber como esse sentido se constrói, se fabrica. (...) A ideia é, efetivamente, que o que se diz, o que se escuta, é sempre atravessado por algo que já foi dito, atravessado por um dito anterior. Eu acho isso natural. O discurso não funciona de modo isolado, ele está sempre ligado a outros discursos que se convocam, que são convocados por sua letra, sua materialidade. (Henry, 2013, n.p., grifo da autora)

Para Henry (2013), a análise de discurso busca identificar os efeitos de sinonímia que emergem dentro de um *corpus*, sem pressupostos iniciais. Isso envolve determinar quais palavras e frases podem ser consideradas sinônimas, apesar de não serem geralmente vistas como tais. Além disso, a análise também procura identificar as descontinuidades e rupturas que distinguem diferentes partes do *corpus*, revelando diferenças significativas no significado e partindo do princípio de que existe uma exterioridade nos processos parafrásticos. O autor afirma que “não se pode confundir os arquivos com o discurso, o discurso não são os arquivos, o texto não é discurso. O discurso é o texto mais tudo o que permite dar um sentido, interpretação” (Henry, 2013, n.p.).

A crítica de Henry encontra sua justificativa na noção pecheutiana de *interdiscurso*. O interdiscurso, concebido como o “todo complexo das formações discursivas” (Pêcheux, 1988[1975]) em suas relações de antagonismo, aliança e dominação, constitui essa exterioridade que confere sentido ao texto. É no campo do interdiscurso que se situam as condições históricas e ideológicas que determinam quais paráfrases são possíveis, quais sinônimos são efetivamente operantes e onde as descontinuidades significativas irrompem. A busca pelos efeitos de sinonímia, portanto, não se dá no vácuo de um sistema linguístico abstrato, mas no interior de uma formação ideológica específica, que filtra e estrutura as relações parafrásticas a partir de suas posições de classe.

A relevância heurística da sintaxe, conforme proposta por Barbosa Filho (2025), ganha plena inteligibilidade quando inscrita nessa arquitetura interdiscursiva. Se a língua, como base material, *não veicula nada: ela funciona*, seu funcionamento sintático é precisamente um dos lugares onde o interdiscurso exerce sua determinação. As leis internas da sintaxe não são uma camada autônoma, elas constituem uma condição de análise justamente porque são o terreno material sobre o qual as formações discursivas disputam e fixam sentidos:

De agora em diante, gostaria de pensar a sintaxe como uma das condições de análise. Na medida em que a língua é uma base material, ela não *veicula* nada: ela funciona. O que está em jogo, portanto, é o fato de que seu funcionamento impõe efeitos materiais ao processo de produção do discurso. Ou seja, o fato de o discurso se dar sobre uma base dotada de leis internas (fonológicas, morfológicas, sintáticas e enunciativas) *determina* o funcionamento dos processos de produção de sentido. (Barbosa Filho, 2025, pp. 223 e 224)

Segundo o autor, a relevância da sintaxe na análise de discurso nos leva a refletir sobre a paráfrase em duas dimensões principais. Por um lado, a paráfrase é uma propriedade fundamental das línguas naturais, funcionando por meio de substituições e combinações, como proposto por Saussure (2012[19016]). Por outro lado, em uma dimensão heurística, a paráfrase serve como um dispositivo de formalização essencial para a análise, permitindo suspender a intuição imediata e superficial e abrir caminho para a demonstração rigorosa e a reprodutibilidade dos resultados. A demonstração rigorosa de um efeito de sentido, portanto, exige suspender a intuição imediata para reconstruir, a partir de mecanismos sintáticos observáveis, as relações de força e as filiações ideológicas que as governam a partir de um exterior sempre presente — o interdiscurso.

Mobilizar a análise de discurso não se trata de um exercício intuitivo, de uma interpretação subjetiva do que está sendo dito. Não é uma “percepção” que considera soluções idealistas, pontes forçadas ou paráfrases impossíveis. A análise discursiva não é mera metodologia, tampouco “aplicação” mecânica de uma técnica, mas conta com instrumentos teóricos que a fundamentam e viabilizam, como a sintaxe e demais aspectos linguísticos. Nesse sentido, a formalização proposta por Zellig S. Harris (1952) é fundamental para afastar o risco do impressionismo. Seu método (com matrizes, equivalências, distribuições) fornece ferramentas objetivas. Em vez de dizer “eu *sinto* que essa palavra significa isso”, Harris permite mostrar como essa palavra funciona em relação às outras no *corpus*, através de padrões formais observáveis. Isso torna a análise explícita, rigorosa e crítica. Como ele próprio afirma,

[v]árias conclusões podem ser tiradas sobre um determinado texto ou tipo de texto, estudando as propriedades de sua matriz dupla, diretamente ou em suas formas mais simplificadas. Muitas destas conclusões podem muito bem ter sido obtidas intuitivamente sem tal

análise formal; mas a intuição não produz resultados que sejam explícitos ou rigorosos. (Harris, 1952, p. 26)

A advertência de Harris é crucial: a intuição pode até antecipar achados, mas ela não fornece, por si só, a demonstrabilidade nem a reprodutibilidade exigidas por uma ciência do discurso, ainda que tradições posteriores tenham desenvolvido métodos empíricos complementares para validar os dados de intuição. A análise formal, ao dispor de elementos observáveis e relações sistemáticas (como as distribuições e equivalências sintáticas), converte a apreensão intuitiva em um objeto analítico verificável e crítico. É este rigor que permite à análise de discurso se constituir como uma prática vertical nos processos de produção de sentido.

Nessa perspectiva, Pêcheux (2015[1983], p. 158) argumenta que o interdiscurso, “longe de ser efeito integrador da discursividade torna-se desde então seu princípio de funcionamento”, visto que os elementos textuais podem ser importados e metaforizados de uma formação discursiva para outra. Isso sugere que as referências discursivas são construídas e se deslocam historicamente, influenciando a forma como os discursos se articulam e se transformam ao longo do tempo.

Na sequência, propõe-se uma análise descritiva com base nos pressupostos teóricos e metodológicos até aqui delineados: a concepção de discurso como produção material de sentido, a noção de interdiscurso como exterioridade determinante, a crítica ao impressionismo via formalização, e a compreensão da sintaxe e da paráfrase como condições de análise. Essa análise é entendida como o registro de um exercício heurístico de funcionamentos discursivos, sem pretensão de fechamento, uma vez que não se conclui no âmbito deste artigo. O objeto será um enunciado recortado do arquivo em constituição, proveniente do discurso institucional do Conselho Federal de Medicina. O objetivo desta análise não é esgotar os sentidos de um *corpus* ou apresentar conclusões definitivas, dada a sua impossibilidade, mas articular conceitos e demonstrar procedimentos. Trata-se de examinar, em escala reduzida, como os mecanismos linguísticos (a sintaxe, as redes lexicais, as possibilidades parafrásticas) funcionam, no fio do discurso, como base material para efeitos de sentido ideologicamente determinados. Dessa forma, busca-se tornar visível, na

prática analítica, como o interdiscurso incide sobre a formulação, fixando certas evidências e naturalizando posições no interior da luta ideológica que caracteriza o discurso manicomial.

3 Tratamento e prisão ou tratamento é prisão: entre velhos e novos sentidos para os manicômios

Esclarecidos os princípios que orientam o presente estudo, passa-se à análise de um enunciado específico, destacado do arquivo que constitui o corpus de uma pesquisa em curso. Tal pesquisa investiga os processos discursivos em torno dos sentidos de tratamento e confinamento no discurso manicomial, sob o título provisório “*Eu cuido, não prendo: a incidência explicativa nos sentidos de tratamento e prisão no discurso manicomial*”. O trabalho dialoga com os resultados de uma investigação recente sobre o alienismo brasileiro, na qual se destacou a forte associação metonímica entre *hospício*, *sequestro* e *reclusão* em documentos do final do século XIX e início do XX (Mahlmann Feijó, 2025). É justamente essa cadeia de sentidos que motiva o exame do enunciado “eu cuido, não prendo”, um dos lemas emblemáticos dos movimentos antimanicomiais em sua disputa contemporânea contra instituições que, segundo tais movimentos, seguem mantendo lógicas manicomiais. A relação *cuidado x prisão*, posta no enunciado, aponta para uma opacidade na oposição clássica *liberdade x prisão*, demandando uma análise aprofundada dos sentidos de *cuidado* (ou tratamento) e *prisão* tal como circulam e se estabilizam no discurso manicomial.

Além dessa disputa semântica, a pesquisa busca aprofundar os mecanismos de incidência explicativa nesses processos discursivos. Trata-se de um esforço teórico-analítico que visa retomar e desenvolver a noção de *discurso-transverso* (Pêcheux, 1988[1975]) e sua relação com estruturas sintático-discursivas específicas, como as orações relativas explicativas, que performam o que se poderia chamar de “sentido dito”. O objetivo é contribuir para a construção de uma teoria materialista da pressuposição, um projeto já em curso a partir dos trabalhos fundadores de Paul Henry (1990[1975]) e Michel Pêcheux (1988[1975]). Como bem assinalou Henry (2013), a ordem da linguagem

depende, em parte, daqueles que a empregam. O eixo conceitual formado pela anterioridade, exterioridade e totalidade é central para compreender essa determinação e a noção de interdiscurso, abordando o problema da totalidade em sua formulação althusseriana de “todo-complexo-com-dominante” (Althusser, 1985), reacendido por Pêcheux (1988[1975]). É nesse quadro teórico que se insere a análise a seguir.

3.1 As comunidades terapêuticas e a recuperação dos velhos manicômios

As comunidades terapêuticas surgiram como uma alternativa aos hospitais psiquiátricos, mas, na prática, muitas vezes acabam sendo o "novo nome" para o mesmo modelo de institucionalização e controle. A Lei Antimanicomial (Lei nº 10.216/2001) buscou redirecionar o modelo assistencial em saúde mental, priorizando a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais. No entanto, a criação do Departamento de Apoio a Comunidades Terapêuticas no Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), em 2023, sugere que essas instituições podem estar sendo utilizadas como uma forma de manter o controle sobre indivíduos com problemas de saúde mental, em vez de promover uma abordagem mais humanizada e comunitária, como seria a proposta da legislação. Além disso, de acordo com o relatório⁸ organizado pela Comissão Nacional de Direitos Humanos e pelo Conselho Federal de Psicologia, as comunidades terapêuticas têm sido criticadas por práticas moralizantes, que visam "corrigir" os indivíduos em vez de tratá-los com dignidade e respeito. O isolamento e a privação do convívio social também são problemas comuns nessas instituições, o que pode agravar os problemas de saúde mental dos internos. Outro ponto preocupante é o financiamento dessas comunidades com dinheiro público, o que levanta questões sobre a eficácia e a transparência do uso desses recursos. A tríplice

⁸ Relatório da 4ª Inspeção Nacional de Direitos Humanos: locais de internação para usuários de drogas (2011). Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/03/2a_Edixo_relatorio_inspecao_VERSxO_FINAL.pdf Acesso em 23 de maio de 2025.

"trabalho, disciplina e espiritualidade" também é uma característica comum dessas comunidades, o que pode ser visto como uma forma de controle e manipulação dos internos. Essa abordagem pode ser mais focada em moldar os indivíduos de acordo com certos padrões morais e comportamentais do que em promover a saúde mental e o bem-estar. A Resolução do CNJ nº 487/23, que prevê o fechamento dos Hospitais de Custódia e Tratamentos Psiquiátricos, apresenta-se como um passo importante, mas é preciso questionar se as comunidades terapêuticas não estão apenas substituindo essas instituições com um novo nome e mesmas formas de controle.

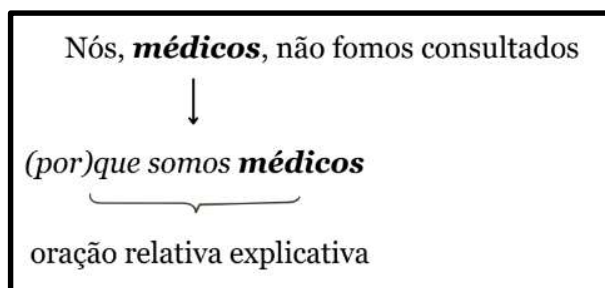
3.2 A nota do Conselho Federal de Medicina

O Conselho Federal de Medicina, enquanto representante institucional da classe médica, divulgou uma nota posicionando-se contrariamente à Resolução nº 487/23 do CNJ. A seguir, proponho uma análise discursiva de um enunciado recortado da nota em questão, que nomearei como E1:

E1: *Nós, médicos, não fomos consultados sobre essa medida que trará mudanças profundas para a saúde mental pública brasileira e também para a segurança pública, mas nos reunimos e viemos publicamente, mais uma vez, nos manifestar contra a Resolução nº487.*

Uma paráfrase possível do enunciado seria comutar o aposto *médicos* por uma oração explicativa, como no esquema a seguir:

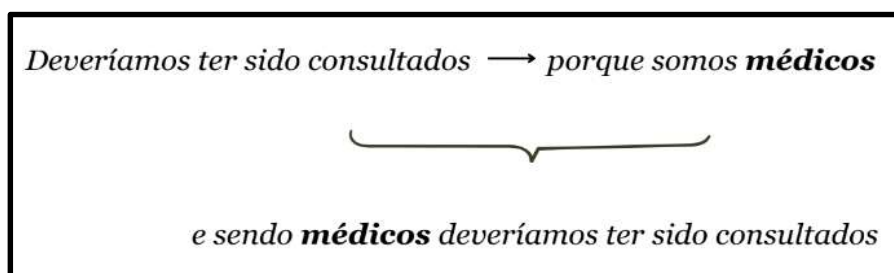
Esquema 1 - Paráfrase do aposto como oração relativa explicativa



Fonte: Elaborado pela autora.

A partir de E1 podemos considerar uma implicação no fato de *ser médico* e *ser consultado*. A exemplo de Pêcheux (1988[1975]) na parte 2 de *Semântica e Discurso*, quando recorre a Frege (1978[1937]) na análise de *Napoleão*, podemos reconstruir o seguinte *pensamento* subjacente⁹:

Esquema 2 - Pensamento subjacente

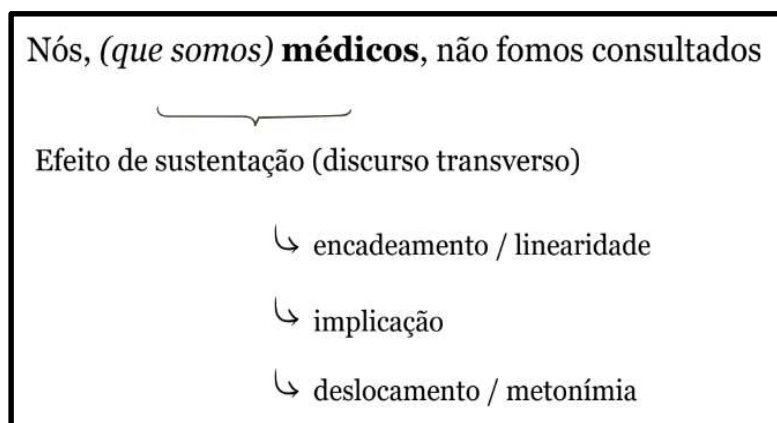


Fonte: Elaborado pela autora.

O esquema 2 explicita o *pensamento* subjacente ao funcionamento do aposto: a reconstrução lógico-discursiva proposta permite observar que, na formulação "Nós, médicos, não fomos consultados", há uma pressuposição de que a identidade profissional ("médicos") implica um direito político ("ser consultado"). Essa implicação não decorre da estrutura gramatical normativa, mas sim de um interdiscurso que naturaliza essa relação. A partir do segmento inicial do enunciado em análise, o esquema 3 avança na descrição desse funcionamento, destacando de forma sintética as operações de *encadeamento*, *implicação* e *deslocamento/metonímia* desencadeadas pelo aposto no fio do discurso:

⁹ "Napoleão, que reconheceu o perigo para seu flanco direito, comandou pessoalmente sua guarda contra a posição inimiga" (Pêcheux, 1988[1975], p. 112). Para Frege (1978[1937]), o "pensamento" não é o ato subjetivo de pensar (uma representação mental individual), mas sim o conteúdo objetivo que pode ser julgado como verdadeiro ou falso. Trata-se do sentido de uma frase declarativa, aquilo que é passível de ser comunicado e compartilhado intersubjetivamente, independentemente das representações psicológicas de cada indivíduo.

Esquema 3 - Análise discursiva



Fonte: Elaborado pela autora.

O Esquema 3 busca tornar visíveis três operações fundamentais desencadeadas pelo aposto “nós, médicos” no fio do discurso. O *encadeamento* evidencia a articulação *linear* entre o sujeito gramatical “nós” e o aposto “médicos”, produzindo a aparência de uma simples coesão textual ou de um mero esclarecimento informativo. A *implicação* está na articulação que decorre de uma relação pressuposta de tipo causa-consequência: se se é médico, então se tem o direito de ser consultado sobre segurança pública. Relação que não está declarada explicitamente, mas funciona como uma evidência. Por fim, o *deslocamento/metonímia* sugere que o aposto não se limita a restringir ou explicar o sujeito, mas opera um salto semântico: a identidade profissional (“médicos”) desliza para um domínio político-administrativo (“segurança pública”), naturalizando uma autoridade que não decorre logicamente da profissão. Esse funcionamento metonímico, como observa Mahlmann Feijó (2025, p. 45), não é aleatório, mas sustenta-se no interdiscurso que historicamente associou a prática médica à gestão da ordem social, produzindo o efeito de evidência que o artigo busca descrever.

Na continuidade desse movimento de análise, avançaremos na descrição desse funcionamento propondo uma paráfrase deliberadamente transgressora. Ao substituir o “Nós”, que figura como sujeito gramatical na formulação em destaque, pelo seu próprio aposto “médicos”, subverteremos radicalmente a

perspectiva prescritiva da gramática normativa¹⁰. Tradicionalmente, manuais como os de Bechara (2009[1961]) ou Cunha e Cintra (2016[1985]) classificam o aposto explicativo como um termo *acessório* da oração, cuja função é meramente esclarecer ou especificar o núcleo do sujeito, podendo ser suprimido sem prejuízo à estrutura sintática básica ou à inteligibilidade lógica da proposição. Seguindo essa lógica formal, “Nós, médicos, não fomos consultados” equivaleria a “Nós não fomos consultados”, sendo “médicos” um acréscimo informativo, mas dispensável. No entanto, a análise discursiva, seguindo a pista de Pêcheux (1988[1975]), para quem a língua funciona e não “veicula”, demonstra que essa suposta dispensabilidade é uma ilusão gramatical que encobre uma articulação discursiva essencial. A paráfrase proposta “**Médicos** devem ser consultados sobre a saúde mental pública brasileira e também sobre a segurança pública” dá visibilidade justamente ao que uma descrição sintática tradicional ignoraria: o aposto não qualifica um “nós” pré-existente e genérico, mas produz um efeito de identidade coletiva, enquanto *categoria médica*, e, ao fazê-lo, instala a pressuposição de um direito. A incidência explicativa do elemento, longe de ser accidental¹¹, é o próprio mecanismo pelo qual o discurso naturaliza o vínculo entre uma classe profissional e um privilégio político, transformando uma classe (“médicos”) no sujeito legítimo de uma ação (“ser consultado”) e alargando seu domínio de competência para além dos limites estritamente clínicos.

Avançando para outro ponto do enunciado (E1), outras questões surgem no *funcionamento não isolado do discurso* (Henry, 2013): seria possível substituir “médicos” por outra classe ao parafrasear o enunciado, mantendo o seu sentido? O arranjo sintático suportaria tal comutação? Como funcionam os processos discursivos que tratam como óbvia a opinião de médicos não apenas

¹⁰ Agradeço à colega pesquisadora Milaine de Souza Carvalho (UFPEL) e às debatedoras Claudia Pfeiffer (UNICAMP) e Silmara Dela Silva (UFF) pelas reflexões compartilhadas na III Jornada DARQ/OuSar (UFRGS) em novembro de 2025, bem como aos Professores Fábio Ramos Barbosa Filho (UFRGS) e Alan Lobo de Souza (UESPI) pela interlocução.

¹¹ A classificação gramatical do aposto como termo “acessório” refere-se exclusivamente ao plano sintático: sua supressão não torna a frase agramatical. O presente artigo não contesta essa descrição, mas investiga outro registro de análise, o do *funcionamento discursivo*, no qual a presença ou ausência do aposto produz efeitos de sentido que uma abordagem estritamente sintática não alcança. A comparação sistemática entre descrições gramaticais e funcionamentos discursivos do aposto constitui uma possível linha de investigação para trabalhos futuros.

sobre a *saúde mental pública brasileira*, mas também a respeito da *segurança pública*?

Vejamos alguns exemplos de substituição:

1. Nós, **profissionais da área da saúde**, não fomos consultados sobre a *saúde mental pública brasileira e também sobre a segurança pública*.
2. Nós, **policiais**, não fomos consultados sobre a *saúde mental pública brasileira e também sobre a segurança pública*.
3. Nós, **juizes**, não fomos consultados sobre a *saúde mental pública brasileira e também sobre a segurança pública*.
4. Nós, **pastores**, não fomos consultados sobre a *saúde mental pública brasileira e também sobre a segurança pública*.

Extrapolando um pouco mais, perguntamos se poderíamos substituir o aposto por exemplos como *presos, internos, doentes, dependentes* ou *usuários*? Podem ser outros, mas não todos, somente os que estariam *implicados* na relação. Os exemplos são suportados pela sintaxe, mas “a compreensão discursiva da paráfrase depende de condições exteriores à língua” (Barbosa Filho, 2025, p. 228), pois “são as determinações sócio-históricas que viabilizam essa comutação no fio do discurso” (p. 227). Esse efeito de naturalização da fala médica sobre a segurança pública não é indeterminado: remete a um processo histórico de medicalização do social e de expansão do poder médico para além da clínica.

Conforme analisa Machado *et al.* (1978), a partir do século XIX consolida-se no Brasil uma medicina social que se volta não apenas para a doença, mas para a gestão da saúde coletiva, do comportamento e dos espaços urbanos. Essa medicina, de caráter preventivo e controlador, assume a tarefa de proteger os indivíduos “contra tudo o que, no espaço social, pode interferir no seu bem-estar físico e moral” (Machado *et al.*, 1978, p. 245). Na Europa do século XVIII, Foucault (2017[1974]) identifica modelos de medicalização estatal: na Alemanha, a Polícia Médica, com controle estatal sobre morbidade, formação médica e vigilância sanitária; na França, uma medicina social ligada à urbanização e à regulação dos corpos e cidades. No Brasil, essa dupla influência se adaptou às elites do Império e da República, onde a higiene pública se tornou instrumento

de civilização e controle. A psiquiatria emerge nesse contexto como ramo da medicina social, patologizando condutas e criando categorias diagnósticas que frequentemente se sobrepõem a tipificações criminais. O *louco*, o *desviante*, o *perigoso* passam a ser objetos de intervenção médica e jurídica simultaneamente. Como observa Machado *et al.* (1978), a medicina passa a atuar na organização do espaço e do tempo social para prevenir males físicos e morais.

A formação de uma discursividade sobre a loucura inaugura não apenas novas formas de compreensão do corpo, mas concepções de cidade baseadas na higiene e salubridade (Barbosa Filho, 2022). As práticas de assistência aos loucos (que articularam poder político, caridade e o alienismo como saber autônomo) desenvolvem-se em consonância com as teorias raciais e com as políticas de controle dos pobres livres e libertos no Brasil. Esses domínios discursivos, “embora funcionem em temporalidades diferenciais e níveis históricos distintos e relativamente autônomos” (Barbosa Filho, 2022, p. 9), articulam-se produzindo um saber sobre a loucura que não é indiferente à conjuntura escravista e ao aumento progressivo da pobreza urbana.

Assim, quando o CFM reclama não ter sido consultado sobre a saúde mental e a segurança pública, não se trata apenas de uma reivindicação corporativista pontual, mas da reafirmação histórica de um lugar de *autoridade* construído ao longo de séculos. A medicina, no Brasil, consolidou-se como instância de *saber-poder* sobre a vida, o corpo, a normalidade e a ordem. Reivindicar a voz sobre a segurança pública é reatualizar essa autoridade histórica: o médico como vigilante da sociedade, guardião não só da saúde, mas também da própria organização social. Essa determinação histórica mostra que o discurso médico atual sobre segurança pública não é um desvio ou uma invasão de competência, mas o desdobramento de uma função socialmente atribuída e historicamente construída: a de *autoridade científica* da vida coletiva.

Este percurso inicial, que transitou da análise sintática precisa do aposto para a contextualização histórica ampla, permite-nos enxergar o enunciado do CFM não como um fato isolado, mas como um nó discursivo onde se concentram tensões e heranças fundamentais. A naturalização identificada na sintaxe, que faz da consulta à classe médica uma evidência lógica, só se sustenta porque é alimentada por uma rede complexa de sentidos historicamente estabilizados. Os

pontos aqui elencados, contudo, demandam um aprofundamento que será realizado na seção seguinte. Esse aprofundamento será crucial para demonstrar como o discurso transversal da medicina social, ativado pelo simples apelo “médicos”, não apenas sustenta a reivindicação do CFM, mas estrutura todo um campo de compreensão sobre o que é o perigo, quem o representa e quem está autorizado a falar sobre ele, fechando o cerco analítico em torno da função ideológica desse movimento discursivo específico na conjuntura atual.

4 O discurso médico e a gestão da *ordem social*

A análise sintático-discursiva do enunciado do Conselho Federal de Medicina (CFM) não se completa sem a compreensão das condições históricas que tornam possível, e mesmo natural, a reivindicação da classe médica de ser ouvida sobre a segurança pública. Esse processo discursivo não é um acaso nem uma simples estratégia retórica contemporânea, ele é o *efeito lógico* do desdobramento de um processo de longa duração que transformou a medicina, e particularmente a psiquiatria, em um instrumento de gestão da vida coletiva e de defesa da ordem social. O efeito lógico se dá pelo enunciado do CFM não ser uma opinião isolada, mas produto necessário de um processo histórico de longa duração. A *lógica* em jogo não é a da racionalidade formal ou da dedução abstrata, mas a de um desdobramento discursivo no qual determinadas posições-sujeito, formações discursivas e instituições (como a medicina e a psiquiatria) foram gradualmente constituídas como legítimas para falar e intervir sobre a vida coletiva e a ordem social. Assim, dizer que o processo é *efeito lógico* significa reconhecer que o discurso do CFM decorre necessariamente das condições históricas que o tornaram possível, sem que essa necessidade seja da ordem da causa-efeito mecânica, mas sim da ordem da produção de evidências e naturalizações necessárias à reprodução da ordem dominante no interior de uma formação social. O salto semântico de *saúde mental pública* para *segurança pública* não é, portanto, arbitrário nessa discursividade: é o resultado lógico (isto é, discursivamente necessário) de uma história que fez da psiquiatria um instrumento de gestão da ordem social. O salto semântico da *saúde mental*

pública para a *segurança pública* no enunciado E1 só é inteligível à luz dessa construção histórica.

Desde o século XVIII, com o surgimento das nações modernas e da noção de população como recurso a ser administrado, a saúde deixou de ser uma questão estritamente individual para se tornar um problema de Estado. Conforme analisa Foucault (2017[1974]), daí emergem os primeiros modelos de medicina social. Na Alemanha, desenvolveu-se a chamada Polícia Médica, um aparato estatal que visava monitorar a morbidade, normalizar o saber médico e criar uma rede de funcionários para supervisionar a saúde pública, explicitamente vinculando bem-estar físico à força nacional. Na França, a medicina social respondeu aos desafios da urbanização, preocupando-se com a circulação do ar, a disposição dos edifícios e a higiene dos corpos como forma de prevenir epidemias e garantir a produtividade da força de trabalho. Em ambos os casos, a medicina assumia um papel político-administrativo, atuando na interface entre o biológico e o social, entre o corpo individual e o corpo coletivo da nação.

No Brasil, esse ideário chegou com força no século XIX, especialmente após a Independência e, mais tarde, com a Proclamação da República. As elites intelectual e política brasileiras, imersas no paradigma do *progresso* e da *civilização*, viram na higiene pública a ferramenta para “sanear” e ordenar um país percebido como tropical, doente e desregrado. De acordo com Machado *et al.* (1978), consolidou-se uma medicina social brasileira que tinha por objetivo não apenas combater doenças, mas reformar hábitos, disciplinar corpos e espacializar a cidade segundo padrões de racionalidade e moralidade burguesas importadas do continente europeu. O médico assumia, assim, a figura do vigilante e protetor social, responsável por guardar os indivíduos “contra tudo o que, no espaço social, pode interferir no seu bem-estar físico e moral” (Machado *et al.*, 1978, p. 245). A saúde pública se confundia, portanto, com a defesa de uma certa ordem moral e social.

É nesse ideário civilizatório que a psiquiatria, então chamada de alienismo, se institucionaliza no Brasil. Seu nascimento não se deu principalmente como uma especialidade voltada para o alívio do sofrimento subjetivo, mas como um ramo da higiene pública encarregado de classificar, isolar e corrigir os indivíduos considerados insanos, degenerados ou desviantes. O *louco* foi rapidamente

patologizado como um perigo — perigo à sua própria segurança, à de sua família e, crucialmente, à segurança e à ordem públicas. A loucura era lida como uma ruptura da racionalidade, valor supremo do projeto civilizatório, e, portanto, como uma ameaça potencial à própria coesão social.

Essa construção discursiva criou uma zona de indistinção entre a anormalidade psíquica e a periculosidade social, entre o diagnóstico médico e a tipificação criminal. O manicômio, desde seus primórdios, compartilhou uma íntima afinidade com a prisão: ambas eram instituições totais destinadas a segregar e neutralizar os elementos considerados indesejáveis ou perigosos para o corpo social. Conforme Mahlmann Feijó (2025), a análise de documentos do alienismo brasileiro aponta para uma cadeia metonímica regular que associa *hospício*, *sequestro* e *reclusão*. A internação psiquiátrica, muitas vezes involuntária, era justificada tanto por um suposto *tratamento* quanto por uma necessidade de custódia, um termo que explicitamente a aproxima do sistema penal.

Ao longo do século XX, essa matriz discursiva se sofisticou, mas não se desfez. A psiquiatria continuou a fornecer categorias diagnósticas que, em muitas ocasiões, serviram para medicalizar a pobreza, a dissidência política ou comportamentos sexuais não normativos. A criação dos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTPs) no Brasil foi a materialização jurídico-institucional definitiva desse entrelaçamento. Eles eram destinados aos inimputáveis penalmente considerados “perigosos”, operando sob uma lógica dupla e inseparável: a de tratar uma doença mental e a de prevenir um crime. Nesses espaços, a figura do médico psiquiatra tornou-se a autoridade máxima, decidindo não apenas sobre protocolos terapêuticos, mas sobre o grau de liberdade do indivíduo, ou seja, sobre uma questão central de segurança pública.

Portanto, quando o CFM, na contemporaneidade, emite uma nota contra o fechamento dessas instituições e reclama não ter sido consultado sobre um tema que envolve “segurança pública”, ele não está invadindo um terreno alheio. Está, sim, reatualizando e reivindicando um lugar de autoridade que lhe foi historicamente atribuído. O discurso médico, construído ao longo de séculos como o saber legítimo sobre as fronteiras entre o normal e o patológico, o sadio e o perigoso, considera-se naturalmente competente para opinar sobre os

mecanismos sociais de contenção daqueles que são vistos através dessa lente. A sintaxe do aposto “nós, médicos” funciona, assim, como o gatilho discursivo que aciona todo esse pesado lastro histórico. Ela evoca, de forma condensada, a figura do médico como especialista científico da segurança social, cujo parecer é considerado indispensável para qualquer política que lide com a gestão do risco e da desrazão.

Entender essas condições é fundamental para não cair na armadilha de analisar a nota do CFM como mero corporativismo ou como uma extrapolação injustificada. Ela é, na verdade, a expressão fiel de uma formação discursiva com profundas raízes históricas, que estruturou a maneira como nossa sociedade pensa e age sobre a loucura, o crime e a ordem. A disputa em torno da Resolução do CNJ nº 487/23 é, portanto, muito mais do que um debate técnico sobre modelos assistenciais: é uma *luta discursiva* que se inscreve como uma das facetas da luta ideológica mais ampla. Isso porque a luta ideológica na linguagem, conforme desenvolvida por Pêcheux (2011[1978]), constitui-se precisamente como uma luta pelo sentido das palavras, expressões e enunciados. Uma luta vital entre classes e posições sociais em confronto ao longo da história. Nesse embate, o que está em jogo é o poder de definir o que é “perigo”, quem é “perigoso” e quais especialistas têm a palavra final sobre o assunto. O fechamento dos HCTPs representa uma potencial fratura nessa formação discursiva secular, ameaçando dissociar o tratamento da custódia e retirar da alçada médica o monopólio da gestão da “periculosidade” associada à doença mental. A reação do CFM é a defesa enérgica desse monopólio, articulada através de um discurso que encontra na própria sintaxe os meios para reafirmar sua autoridade histórica como guardião não só da saúde, mas da própria segurança da sociedade.

5 Considerações finais

O percurso analítico desenvolvido neste artigo, da descrição minuciosa de um mecanismo sintático à reconstituição de suas condições de produção, teve por objetivo demonstrar a emergência de uma análise de discurso materialista que leve a sério a dupla materialidade do sentido: a materialidade linguística e a

materialidade histórica. O estudo do enunciado “Nós, médicos, não fomos consultados...” permitiu descrever que o aposto, longe de ser um adorno explicativo secundário, opera como um poderoso articulador discursivo de naturalização. Através do que chamamos de *incidência explicativa*, ele instala, de forma opaca e pressuposta, uma relação de causalidade entre a identidade profissional (“médicos”) e um direito político (“ser consultado”), estendendo o domínio legítimo desse direito para a esfera da segurança pública. Esse efeito não emana magicamente da estrutura da língua, mas é produzido pela incidência de um interdiscurso específico¹², o da medicina social e da psiquiatria, sobre as possibilidades sintáticas.

A análise parafrástica inspirada no rigor formal de Harris (1952) e na concepção de sintaxe como condição de análise (Barbosa Filho, 2025) foi o expediente que permitiu isolar e demonstrar esse funcionamento. Ao testar comutações no lugar de “médicos” (“policiais”, “juízes”, “usuários”), mostrou-se que a sintaxe permite várias substituições, mas que a evidência discursiva da reivindicação só se sustenta para alguns elementos. Tal observação expõe o núcleo da questão: a naturalização não está na língua, mas nas determinações sócio-históricas que preenchem a língua com sentidos e legitimidades desiguais. A pergunta “por que soa ‘natural’ o médico falar de segurança pública, e não o usuário do sistema?” só encontra resposta fora do texto, na história das instituições e das relações de força. Foi essa constatação que conduziu o estudo à indispensável contextualização histórica. Compreender a nota do CFM exigiu rastrear a construção do médico, desde os séculos XVIII e XIX, como um agente, um administrador da vida da população encarregado de proteger a ordem física e moral da sociedade.

¹² A noção de *interdiscurso específico* de uma formação discursiva designa o exterior constitutivo e contraditório que determina o que pode ser dito no interior de uma FD. Trata-se do “conjunto complexo imbricado de FD e de formações ideológicas” (Courtine, 2009, p. 76) que funciona como memória discursiva, fornecendo os objetos pré-construídos e as articulações entre enunciados. Esse interdiscurso não é homogêneo, mas marcado por relações de antagonismo, aliança e contradição entre formações ideológicas antagônicas. As fronteiras de uma FD não são fixas, mas deslocam-se conforme a conjuntura histórica, regulando, por meio de um princípio de aceitabilidade e de exclusão, o que pode e o que não pode ser dito em seu interior (Courtine, 2009, p. 99-100). Assim, no material analisado, a incidência do *interdiscurso específico* da medicina social e da psiquiatria sobre a estrutura sintática do aposto produz o efeito de naturalização da relação entre identidade profissional e direito político.

A psiquiatria brasileira estruturou-se desde seus primórdios alienistas sobre a confusão entre sintoma e perigo, entre tratamento e custódia. Os Hospitais de Custódia foram a cristalização máxima dessa lógica, consagrando o médico psiquiatra como a autoridade que define, na fronteira entre a saúde e a justiça, quem deve ser privado de liberdade em nome do *tratamento* e da *segurança*. Diante desse arcabouço histórico, a queixa do CFM por não ter sido consultado sobre o fechamento dessas instituições é muito mais do que um protesto corporativo, mas a defesa de um mandato histórico, a reafirmação de um lugar de autoridade conquistado e naturalizado ao longo de gerações. O discurso médico atual sobre segurança pública não é, portanto, uma invasão de competência, mas a expressão fiel e atualizada de uma função social que lhe foi atribuída: a de especialista científico na gestão dos riscos que a desrazão supostamente oferece à ordem social.

Este estudo buscou contribuir para a análise de discurso materialista em várias frentes, reafirmando a centralidade da análise sintática formal não como fim em si mesma, mas como via de acesso privilegiada aos processos ideológicos de naturalização, fornecendo elementos observáveis e demonstráveis para a crítica. Rearticulou, através da noção de *interdiscurso*, a ligação indissociável entre a forma linguística e a determinação histórica, evitando tanto o formalismo estéril quanto o sociologismo reducionista. Por fim, avançou na elaboração de uma teoria materialista da pressuposição, mostrando como gestos aparentemente simples de linguagem (como o uso de um aposto) são, na verdade, atos complexos de instalação de evidências que refletem e reforçam relações de força sociais.

Reconhecemos, porém, os limites de uma análise focalizada em um único enunciado. Para consolidar e expandir essas conclusões, são necessários desdobramentos futuros. A ampliação do corpus, abarcando os discursos do CNJ, dos movimentos antimanicomiais e da mídia, permitiria mapear com maior precisão a formação discursiva contemporânea em torno da reforma psiquiátrica e da justiça, identificando pontos de conflito e alianças. Uma análise mais fina poderia rastrear as transformações e continuidades no discurso médico sobre a periculosidade, desde o alienismo do século XIX até os manuais psiquiátricos atuais. Além disso, o método aqui empregado, atento à incidência explicativa e

aos mecanismos de naturalização via sintaxe, mostrou-se uma ferramenta heurística fundamental que pode e deve ser exportada para a análise de outros discursos de autoridade (econômico, jurídico, religioso), onde estratégias similares operam para cristalizar desigualdades e silenciar vozes dissidentes.

Concluimos retornando ao ponto de partida: a constatação de que o discurso é um campo de batalha material, onde sentidos e posições de sujeito entram em disputa, sendo a nota do CFM um movimento nessa luta. Ao analisarmos como ela funciona, não fazemos apenas um exercício acadêmico, contribuimos para desnaturalizar o óbvio, para tornar estranho o que soava familiar. E nesse gesto de estranhamento reside uma crítica, pois só quando percebemos que a “autoridade natural” do médico sobre a segurança pública é uma construção histórica e discursiva, e não uma verdade atemporal, podemos começar a imaginar e a lutar por um arranjo social diferente. Um arranjo em que a resposta à loucura não seja predominantemente a custódia, em que a segurança pública seja pensada para além do controle dos corpos “desviantes”, e em que os principais interessados, os usuários dos serviços de saúde mental, possam ocupar, eles próprios, o lugar de sujeito, não como objeto de uma consulta, mas como protagonistas do debate sobre os rumos da sociedade que desejam construir. A análise de discurso, em sua vertente materialista, tem assim uma tarefa dupla: a de desmontar os mecanismos linguísticos do poder e a de abrir espaço para a emergência de outros sentidos e, conseqüentemente, de outras possibilidades de mundo.

Referências

ALTHUSSER, Louis. *Observação sobre uma categoria: processo sem sujeito nem fim(s)*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978[1973].

ALTHUSSER, Louis. A filosofia como arma da revolução: resposta a oito questões”. In: Althusser. *Posições II*, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

ALTHUSSER, Louis. *Ler “O Capital”, livro 2*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

BARBOSA FILHO, Fábio. R. Língua, Leitura, História. *Décalages*, Rio de Janeiro, 2014, v. 1: Iss. 4. p. 1-31.

BARBOSA FILHO, Fábio. R. Sintaxe e discurso. In: *O que é Análise de Discurso?* 1º ed. Porto Alegre, RS: Cirkula, 2025, (p. 2011-240).

BARBOSA FILHO, Fábio R. Ler o arquivo em análise de discurso: observações sobre o alienismo brasileiro. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 64, 2022, (p. 1-22).

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009[1961].

CFM apoia manifestação contra fechamento de Hospitais de Custódia e Tratamentos Psiquiátricos. Disponível em: <https://portal.cfm.org.br/noticias/cfm-apoia-manifestacao-contrafechamento-de-hospitais-de-custodia-e-tratamentos-psiquiatricos>. Acesso em 23 de maio de 2025.

COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EDUFSCAR, 2009.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016[1985].

FIGUEIRA, Filipo P. O primado da metáfora em Semântica e discurso: a radicalidade de um conceito, a atualidade de uma teoria. *Conexão Letras*, Porto Alegre, v. 20, n.33, p. 01-26, jul-dez. 2025.

FOUCAULT, Michel. O nascimento da Medicina Social. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017[1974].

FREGE, Gottlob. *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1978[1937].

FUCHS, Catherine; PÊCHEUX, Michel. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 5. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2009. p. 159-250.

GADET, Françoise; LEON, Jacqueline; PÊCHEUX, Michel. Observações sobre a estabilidade de uma construção linguística: a completiva. In: ORLANDI, Eni (Org.). *Gestos de leitura*. Campinas: Editora UNICAMP, 2010[1983], (p. 199-240).

HARRIS, Zellig. S. Discourse Analysis. *Language*, New York, v. 28, 1952, (p. 1-30).

HENRY, Paul. Construções relativas e articulações discursivas. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas, (19), p. 43-64, jul./dez. 1990[1975].

HENRY, Paul. Abertura: rumo à análise automática do discurso. In: PÊCHEUX, Michel. *Análise automática do discurso (AAD-69)*. Tradução e organização Eni P. Orlandi. Campinas: Ed. Unicamp, 1990. p. 184.

HENRY, Paul. O discurso não funciona de modo isolado. *Jornal da Unicamp*, 2013. Disponível em:

<https://unicamp.br/unicamp/ju/587/o-discurso-nao-funciona-de-modo-isolado>. Acesso em 18 de fev. 2025.

LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. *Da ambiguidade ao equívoco: da resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

Lei nº 10.216/2001. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm. Acesso em 23 de maio de 2025.

MACHADO, Roberto *et al.* *Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

MAHLMANN FEIJÓ, M. *Yes, nós temos manicômios: uma análise das discursividades do alienismo brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Letras). Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2025.

MARANDIN, Jean-Marie. Problèmes d'analyse du discours. Essai de description du discours français sur la Chine. In: *Langages*, 12^e année, n°55, 1979. Analyse de discours et linguistique générale, sous la direction de Jean-Marie Marandin. Paris, 1979. p. 17-88.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. de Eni Orlandi *et al.* 1.ed. Campinas: Editora UNICAMP, 1988[1975].

PÊCHEUX, Michel. “As massas populares são um objeto inanimado?”. In: ORLANDI, Eni. *Análise de discurso, Michel Pêcheux: textos escolhidos por Eni Orlandi*. Campinas: Pontes, 2011[1978], (p. 251-273).

PÊCHEUX, Michel. Metáfora e Interdiscurso. In: ORLANDI, Eni (Org.). *Análise de discurso, Michel Pêcheux: textos escolhidos por Eni Orlandi*. Campinas: Editora Pontes, 2015[1983], (p. 151-161).

PÊCHEUX, Michel. Leitura e memória: projeto de pesquisa. In: ORLANDI, Eni (Org.). *Análise de discurso, Michel Pêcheux: textos escolhidos por Eni Orlandi*. Campinas: Pontes, 2011[1984], (p. 141-150).

Relatório da 4ª Inspeção Nacional de Direitos Humanos: locais de internação para usuários de drogas (2011). Disponível em:
https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/03/2a_Edixo_relatorio_inspecao_VERSxO_FINAL.pdf
Acesso em 23 de maio de 2025.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2012[1916].

SÉRIOT, Patrick. Langue russe et discours politique soviétique: analyse des nominalisations. In: *Langages*, 21e année, n°81, 1986. Acesso em: out. 2025.

[Artigo recebido em 19 de fevereiro de 2026 e aceito em 18 de maio de 2026.]

DOI: 10.22456/2236-6385.153729